

PARA ALÉM DE UM DESTINO TURÍSTICO: CONTRADIÇÕES TERRITORIAIS EM MACEIÓ – ALAGOAS - BRASIL

DANIEL ARTHUR LISBOA DE VASCONCELOS¹

ORCID – 0000-0003-2859-4878

SUSANA GASTAL²

ORCID – 0000-0001-5706-9672

LINDEMBEG MEDEIROS DE ARAUJO³

ORCID – 0000-0002-8042-991X

TATIANA LYRA LIMA FÉLIX⁴

ORCID – 0000-0002-0775-6586

Recebido em 18.01.2022

Aprovado em 28.03.2023

Resumo

No contexto global de incentivo ao turismo de massa, muitas destinações turísticas litorâneas funcionalizam o espaço geográfico local para tal uso, territorializando-o conforme interesses de setores econômicos e políticos de grupos dominantes. O presente artigo objetiva apontar e analisar desdobramentos recentes da territorialização do turismo de Maceió, capital do Estado de Alagoas (Brasil), abordando aspectos das transformações espaço-territoriais dessa destinação turística. O destino se destaca no mercado brasileiro no segmento de turismo de sol-e-mar, desde a década de 1970. Apesar da existência de recursos litorâneos que são amplamente usados como atrativos turísticos, a forma pela qual esse destino vem se desenvolvendo, associada a outras territorializações urbanas, tem gerado contradições territoriais, além de ser danosa aos próprios recursos naturais, que são a base de sustentação da turistificação local.

Palavras-chave: Território. Contradições Urbanas. Destino Turístico. Maceió- Brasil

URBAN TERRITORIAL CONTRADICTIONS, BEYOND A TOURIST DESTINATION: THE CASE OF MACEIÓ – ALAGOAS - BRAZIL

Abstract

The capacity of tourism territorialize the space have different consequences. In the global context, it has been common to many coastal tourist destinations, the focus on

¹ Doutor. Docente da Universidade Federal de Alagoas, Brasil; e-mail: daniel_tur@hotmail.com

² Doutora. Docente da Universidade de Caxias do Sul, Brasil; e-mail: susanagastal@gmail.com

³ Doutor. Docente da Universidade Federal de Alagoas, Brasil; e-mail: lindember@igdema.ufal.br

⁴ Doutora. Universidade Federal de Alagoas, Brasil; e-mail: tatianalyra@yahoo.com.br

encouraging mass tourism, generally governed by the interests of economic and political sectors of dominant groups, generating numerous space-territorial contradictions. This text aims to point out and analyze recent developments in the territorialization of tourism in Maceió, capital of the State of Alagoas (Brazil), addressing aspects of the spatial-territorial transformations of this tourist destination. The destination stands out in the Brazilian market in the sun-and-sea tourism segment, and has been developing this segment since the 1970s. Despite the existence of coastal resources that are widely used as tourist attractions, the way in which this destination comes if developing, associated with other urban territorializations, it has generated socio-spatial contradictions, in addition to being harmful to the natural resources themselves, which are the basis for sustaining local tourism.

Keywords: Territory. Urban Contradictions. Tourist Destination. Maceió-Brazil.

1. INTRODUÇÃO

Em décadas recentes, as dinâmicas da atividade turística consolidaram significativas mudanças em espaço e territórios. Trata-se de atividade abrangente, em especial no denominado turismo de massas, que tem seu desenvolvimento pautado em diferenças sociais e simbólicas, apropriadas como atrativo turístico. Considerando particularmente cidades localizadas em regiões litorâneas, tal implica em considerar o turismo como: (a) sistema de produção flexível [pós-fordista]; (b) de característica empreendedora, com atuação diferenciada do Estado (Mullins, 1991); (c) aceleradora de crescimento populacional, com implicações na força de trabalho. Em decorrência, atividade turística promove a [re]produção de cidades assim como mudanças radicais na produção do espaço, entre outras, gerando nelas dinâmicas espaço-temporais polarizadas (Clavè, 1998). Tratam-se de processos de apropriação de áreas para introdução de objetos espaciais como hotéis, pousadas, restaurantes, equipamentos de lazer, entre outros, além de incentivo ao consumo imobiliário especulativo (Mullins, 1991; Araujo, 2016).

Considera-se, ainda, em nível global que os fenômenos contemporâneos de urbanização e de turistificação do espaço tendem a se tornar, cada vez mais, interdependentes, o que gera tanto relações harmônicas, como tensas. É possível considerar, no caso brasileiro, áreas costeiras que exemplificariam tal interrelação, especialmente em capitais litorâneas de estados da região Nordeste do país, onde a

atividade turística vem sendo tratada como propulsora de crescimento econômico e desenvolvimento social. Nas últimas décadas, essas capitais receberam relevantes aportes financeiros do poder público e investimentos da iniciativa privada (Cruz, 2003; Luchiari, 2001; Paiva, 2010).

Nesses termos, o turismo torna-se um relevante vetor de produção do espaço litorâneo nordestino, principalmente no viés de um turismo massificado, com influências hélio-talassofílicas⁵ na sua oferta essencial de atrativos. Destaque-se, ainda, que a apropriação espacial turística não se restringe aos aspectos materiais, como a infraestrutura urbana ou aquela mais especificamente voltada ao uso turístico, como hospedagens e receptivos, sendo também apropriados os aspectos imateriais e culturais (Barretto, 2003; Santos, 2007; Talavera, 2008). Levando-se em consideração que essa é uma atividade espacialmente seletiva, a turistificação frequentemente prioriza determinados recursos territoriais em detrimento de outros, o que explicita graves contradições socioespaciais.

Este artigo, de caráter ensaístico, objetiva atualizar a compreensão espaço-temporal do destino Maceió, com ênfase em contradições espaço-territoriais. Apontam-se para desdobramentos recentes da territorialização do turismo em Maceió, uma capital litorânea brasileira com aproximadamente 1 milhão de habitantes, que atualmente se destaca como destino do turismo nacional, tendo recebido, antes da crise consequente da Pandemia Covid-19, aproximadamente 2 milhões de visitantes em 2019 (Alagoas, s.d.). Apesar da existência de amplo potencial e da oferta de uma grande variedade de atrativos turísticos, com diferenciais que iriam para além dos ‘encantos’ litorâneos naturais, a forma pela qual esse destino se consolida, historicamente, tem gerado contradições sócio-econômico-culturais, o que também afeta os recursos naturais desse território. Adiante, com base em revisão bibliográfica e dados secundários de documentos e entrevistas consultados, explicitam-se alguns desses aspectos.

⁵ Termo relativo à afinidade com sol e mar.

2. PRODUÇÃO DO ESPAÇO: TERRITÓRIO(S) URBANO(S) E TERRITÓRIO(S) TURÍSTICO(S)

A presente reflexão apoia-se em construções teóricas considerando: produção do espaço, território(s) urbano(s) e turistificação, para tal recorrendo a textos clássicos assim como a referências contemporâneas. Parte-se do pressuposto que espaço e território são entes sociais, cuja formação interliga-se a transformações associadas a relações pautadas por processos de trabalho e de produção determinados, conforme o momento histórico. Como conceitos, elucidam sobre como se dá a dominação/apropriação espacial, tanto no sentido material quanto em significados simbólicos (César, 2010; Haesbaert, 2015; Harvey, 2009; Lefebvre, 1992; Raffestin, 1993; Saquet, 2015; Santos, 1988).

Para Santos (1988), a noção de espaço geográfico implica “um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos” (p. 25). Nesses termos, segundo o mesmo autor, o espaço torna-se “resultado da ação humana sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais” (p. 25). Portanto, a produção do espaço resulta “da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas” (Santos, 1988, p. 22).

Lefebvre (1992), por sua vez, fundamenta o conceito de produção do espaço demonstrando que a reprodução das relações de produção está assentada espacial e territorialmente, antecedendo ao capitalismo (Saquet, 2015). A dimensão temporal se realiza concomitantemente, também com base nos modos de produção, ao produzir espaço físico e relações sociais intermediadas pelo trabalho. Dessa forma, as contradições sociais, o desenvolvimento da tecnologia, a tomada de decisões, o consumo e demais processos inerentes à produção do espaço transcendem a construção e a implantação de objetos, estando diretamente relacionados aos diversos produtos da vida social cotidiana, inclusive àqueles não materiais. A dinamicidade da construção do espaço, a partir da articulação histórica de vários modos de produção, adensa uma correlação entre as instâncias fundamentais que envolvem a estrutura social, a saber: os aportes econômicos, político-institucionais e ideológicos (Castells, 2000; Paiva, 2016).

Ao analisar a relação espaço-temporal da existência humana, Harvey (2009) identifica fatores multidimensionais intervenientes [econômicos, políticos, culturais, entre outros]. Este autor também teoriza o modo como se representa o espaço-tempo, defendendo que o espaço produzido contém fluxos de ordem simbólica e identitária, assim como as concepções ideológicas geradas e utilizadas a partir dessas relações; ainda traz como exemplo os significados contidos na produção das cidades, como frutos da ação humana em dinâmicas espaço-temporais, assim como ocorre com a produção dos territórios turísticos:

A redução do tempo do movimento provou ser uma necessidade vital de um modo de produção capitalista. A tendência à globalização é inerente a este esforço, e a evolução da paisagem geográfica da atividade capitalista tem sido impelida sem remorsos por etapa de compressão do espaço-tempo (Harvey, 2009, pp.85-86).

Tal observação incide nitidamente em locais com maior especialização na produção capitalista. A intensificação da produção tende a tornar esse espaço mais homogêneo, ao se criarem infraestruturas capazes de acompanhar e contribuir para a dinâmica produtiva. A dialética entre as transformações nas relações de produção e as mudanças no espaço urbano refletem múltiplas facetas, repletas de contradições como expressão de um sistema cujo teor evidencia um quadro grave de desigualdades. Também há mudanças na estrutura urbana propriamente dita, no que se refere à depreciação do patrimônio arquitetônico, entre outros, com mecanismos de proteção inadequados. Do mesmo modo, a construção de inúmeros estabelecimentos comerciais para atender maior fluxo de turistas, e a especulação imobiliária, são fatores que afetam sobremaneira a vida social.

Em momentos de crise econômica, também ocorrem processos de reestruturação urbana através da destruição criadora, o que promove maior desigualdade espacial (Harvey, 2012). Nesses termos, o capitalismo impõe o seu padrão de produção e, quando este se estabelece, gera “um mundo desgovernado sujeito a um sistema econômico, político e moral desorganizado”, cuja “fragmentação, o caos, a desordem, mesmo dentro de uma ordem aparente, permanecem como temas centrais” (Harvey, 2009, p. 95).

Tais questões ilustram o que baliza o turismo como um fenômeno sociocultural, que emerge durante um período histórico de expansão do consumo do lazer, atrelado à expansão fordista do capitalismo, ainda no século XIX. A partir do após Segunda Guerra há considerável expansão da atividade, alcançando números de viajantes cada vez maiores, o que passa a ser tratado como turismo de massa (Boyer, 2003). Acompanha tal expansão, como causa e como consequência, a construção e oferta de equipamentos turísticos em termos de hospedagem, restauração, atrativos e outras estruturas de receptivo, mas também de indução de consumo, afetando especialmente áreas de qualidade paisagística, entre elas, as litorâneas. Nessas condições, o turismo de massa se torna mecanismo para acúmulo de capital, instrumento de apropriação privada da riqueza, ferramenta para extrair trabalho excedente e técnica para capturar o rendimento de atrativos físicos, sociais, culturais e socialmente valorizados, que afetam profundamente a [re]organiza do espaço (Clavé, 1998).

3. TURISTIFICAÇÃO DO ESPAÇO E DESTINAÇÕES TURÍSTICAS

Para o que segue, parte-se da premissa de que o turismo, para além de sua natureza econômica, é essencialmente uma prática social e uma atividade espacializada – ou seja, que consome espaço – no processo de construção de territórios turísticos (Cruz, 2003; Knafou, 2001; Urry, 1996). Na sua configuração espacial, o turismo atribui novas funcionalidades à estrutura territorial em que se insere, que normalmente envolvem elementos físicos, econômicos, sociais, naturais e culturais, que compõem a configuração social do espaço a ser apropriado. Conforme Rodrigues (1997), os elementos básicos do espaço turístico são a oferta turística, a demanda, os serviços, os transportes, a infraestrutura, o poder de decisão e de informação, a promoção e a comercialização, elementos inseparáveis na sua compreensão.

Sob tal ótica ocorre a turistificação, um processo espacial de territorialização pelo e para turismo, que tem por finalidade a (re)produção da atividade turística (Vasconcelos, 2017). Assim, compreende-se que o turismo é um fenômeno territorializador, consumidor e produtor de espaço geográfico, que obedece à lógica do modo de produção capitalista, reproduzindo suas contradições. Necessário observar, mensurar e criticar as implicações desse fenômeno nas paisagens, no espaço, enfim, nos territórios, lócus último das relações de poder (Bandhari, 2008; Banducci Jr; Barretto, 2001; Belhassen, Uriely, Assor,

2014; Burgold, Frenzel, Rolfes, 2013; Cara, 2001; Cruz, 1997, 2003; Fratucci, 2008; Knafou, 2001; Knafou, Bruston, Deprest et al., 1997; Murta, 2008; Picard, 2003; Rodrigues, 1997; Rodrigues, 2015).

Associando tal compreensão ao pensamento de Santos (1996), os elementos espaciais do território turistificado podem ser representados como um conjunto de fixos e fluxos, na perspectiva de que as áreas emissoras, os espaços de deslocamento e as regiões receptoras são fixos não estáticos, componentes dos sistemas de objetos do turismo (também materializados nos atrativos turísticos, nas infraestruturas turísticas e de apoio ao turismo), sendo os fluxos representados pelas relações sociais que ocorrem sobre os fixos. Rodrigues (1997) esclarece que, apesar de o turismo possuir ampla incidência territorial, tanto nos núcleos emissores de turistas quanto nos espaços de deslocamento, será nas áreas receptoras que o território turístico consolidar-se-á de forma efetiva. Esse é o lugar efetivo do consumo turístico, onde a clareza e a materialidade das relações e interações se manifestam, centralizando, também, inúmeras manifestações imateriais. Tais características fazem com que Nicolás (2001) argumente que, em comparação com outras atividades socioeconômicas, o turismo é uma das práticas sociais mais territorializantes dos elementos e relações intrínsecas que o constituem.

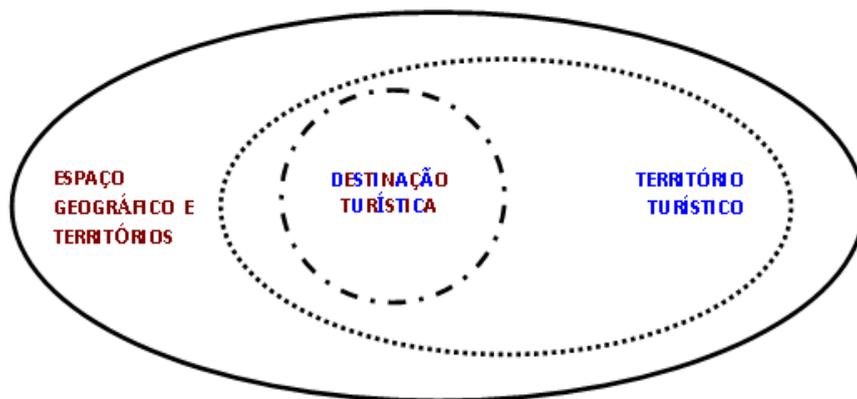
O resultado de tais processos é que a espacialização da atividade culmina com um acúmulo de papéis, o que demonstra a ênfase dos elementos geográficos como recursos (cidades, praias, paisagens em geral) para a composição do produto turístico final e dos elementos infraestruturais (equipamentos de apoio, alojamentos, etc.). Também se observa que a turistificação é um processo que reconfigura fisicamente o espaço, e que ela sustenta uma relação dialética com os elementos simbólicos desse território, associada ao capitalismo global, criando reflexos materiais e simbólicos na globalização do turismo.

Disso se pode concluir que os lugares, territorializados pelo turismo, transformam-se no produto turístico, disponibilizado para comercialização no mercado. Os promotores territoriais e os agentes do mercado turístico, ao escolherem, delimitarem e criarem e inventarem os lugares para o turismo, têm um grande poder de influência,

canalizado através de ações de marketing das destinações. Nesse contexto são produzidas as destinações turísticas (Buhalis, 2000; Davidson, Maitland, 1997; Gunn, 1994; Haugland et al., 2011; Hu, Brent Ritchie, 1993; Jafari, 2002; Murphy, Pritchard, Smith, 2000; Pearce, 1989).

Jafari (2002) afirma que o destino é o lugar que os turistas buscam, intencionalmente, para passar algum tempo fora de seus domicílios habituais. Com suporte neste e outros autores já referidos, Vasconcelos (2017) propõe concepção de destinação turística como “uma porção do espaço geográfico, turistificada ou territorializada pelo turismo, que abrange territórios pré-existentes ao turismo e a contribuição do próprio turismo frente à formação da configuração territorial de uma região, ou localidade” (p. 64). Permite-se, assim, representar a destinação turística como uma porção do espaço, territorializada pelo/para o turismo, conforme a Figura 1.

FIGURA 1 - REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA DESTINAÇÃO TURÍSTICA, EM UM CONTEXTO ESPACIAL DE TURISTIFICAÇÃO, OU TERRITORIALIZAÇÃO TURÍSTICA.



Fonte: Vasconcelos (2017, p.64).

Dessa forma, uma destinação turística, assim como o território que é resultado da turistificação, apresenta limites mais ou menos flexíveis, respondendo ao movimento dos turistas, do mercado e do estado, a partir de uma referência espacial central, normalmente uma cidade. Ao mesmo tempo, o espaço geográfico e os territórios precedentes, que excedem, em muito aos limites do destino, são basilares para a formação da própria destinação, uma vez que oferecem suporte físico, biológico, econômico, social e cultural, que serve de recursos para a composição da própria destinação, conferindo-lhe uma identidade particular (Vasconcelos, 2017).

No âmbito dos destinos turísticos tem sido comum priorizar-se determinados recursos e segmentos turísticos, em detrimento de outros. Tais prioridades, eleitas principalmente por agentes do mercado associados ao setor público, relevam as comunidades locais e, não raro, as prejudicam. Tal situação é recorrente em destinos de sol e praia de países que fomentam como prioridade o turismo de massa (Aguilo, Alegre, Sard, 2005; Benur, Bramwell, 2015; Bramwell, 2003, 2004).

Diante de cenários globais de alta competitividade mercadológica entre as destinações, o cuidado com a sustentação efetiva da oferta turística (para além do sentido econômico) tem se tornado uma necessidade para destinos considerados como maduros, a exemplo das cidades litorâneas da região Nordeste do Brasil. A mudança de concepção significa rever a opção pelo turismo de massa em prol de uma sustentabilidade em longo prazo. Tudo isso ocorre, principalmente, frente às consequências que atingem severamente o turismo mundial, causadas pela pandemia de Covid-19 em curso, ocasionando retração do setor (Dinarto; Wanto, Sebastian, 2020, Fernandes, 2020).

Anteriormente à Covid-19, a Organização Mundial do Turismo previa para 2020 um crescimento positivo de 3% a 4% do turismo mundial. A isso seguiu-se quedas de 1 bilhão de chegadas internacionais (menos 74%) (Isso se compara com a queda de 4% registrada durante a crise econômica global de 2009); perda estimada de US \$ 1,3 trilhão em receitas de exportação no mundo (mais de onze vezes a perda registrada durante a crise econômica global de 2009); risco de perda de 100 a 120 milhões de empregos diretos no turismo em todo mundo, muitos deles em pequenas e médias empresas (OMT/UNWTO, 2021). Tal situação reflete-se, inevitavelmente, em níveis locais, e tende a acentuar as contradições já existentes nos territórios turísticos, principalmente em países periféricos ao capitalismo central.

4. TERRITORIALIZAÇÃO E TURISMO EM MACEIÓ [BRASIL]

A cidade de Maceió (figura 2) teria suas origens a partir de uma povoação, ou arraial, formada nos arredores de um engenho de açúcar, por volta de 1609 (Altavila, 1975). As hipóteses que buscam explicar o posterior desenvolvimento do povoado sugerem que os caminhos que ligavam o litoral às lagoas Mundaú e Manguaba (as

principais do Estado de Alagoas, onde a cidade se localiza), assim como a influência do Porto de Jaraguá, fixaram o povoado que se tornou capital de província em 1837 (Cavalcanti, 1998).

FIGURA 2 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE MACEIÓ, NO ESTADO DE ALAGOAS, BRASIL



Fonte: Adaptação dos Autores, sem escala.

Até meados do século XX, o turismo era atividade inexpressiva no território influenciado por Maceió. A expansão turística veio na década de 1970, com a implantação de importantes melhorias na infraestrutura local e introdução de equipamentos turísticos. A partir desse momento, a cidade cresceu e as transformações urbanas atraíram investimentos em restaurantes e hotéis de grande porte em outros espaços urbanos, antes concentrados na sua área central e na Praia da Avenida. Foram beneficiados e urbanizados como territórios de centralidade turística, trechos da orla nos bairros de Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca, concentrando-se neles a maior parte dos novos meios de hospedagem e equipamentos de apoio ao turismo. Os investimentos na infraestrutura turística da cidade, associados à beleza cênica do litoral e de sua natureza exuberante, levaram, naquele momento histórico, a um grande crescimento na demanda turística (Costa, 1998; Da Silva Neto, Gastal, 2021; Melo, 2017; Rangel, 2010; Vasconcelos, 2017; Veras Filho, 1991).

Até o final da década de 1980, o fluxo turístico do Estado de Alagoas esteve restrito a Maceió que, com pequenas exceções, chegou a ser um dos destinos turísticos mais visitados do Nordeste brasileiro. Crises administrativas, problemas ambientais e fatores externos, como as crises financeiras nacionais e a emergência competitiva de outros destinos, levaram a que, na primeira metade da década de 1990, conforme dados da Comissão de Turismo Integrada do Nordeste [CTI/NE], o destino Maceió caísse para últimas posições na preferência de visita ao Nordeste Brasileiro, iniciando-se um estágio de estagnação deste destino (Costa, 1998; Martins, 2009; Rangel, 2010).

Uma das estratégias adotadas para se contornar tal situação foi uma tentativa de fomento de opções histórico-culturais, para diversificar a oferta de lazer, até então restrita ao segmento de sol e praia. Entre outros, houve a requalificação do histórico bairro de Jaraguá, fomentada através do Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE), entre a década de 1990 e início dos anos 2000 (Da Silva Neto, Gastal, 2021; Vasconcelos, 2005, 2017). Apesar do insucesso da requalificação do Jaraguá para o turismo de lazer, em 2005 foi inaugurado, nesse bairro, o Centro Cultural e de Exposições de Maceió, fomentando outros segmentos de turismo. Até aquele momento, Maceió era a única capital do Nordeste brasileiro que não possuía um equipamento exclusivamente destinado para convenções.

Outro fato relevante foram a inauguração do novo terminal do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, em 2005, capacitado para voos internacionais, e as políticas de (re)qualificação urbana de Maceió, entre os anos de 2007 e 2009. Essas intervenções do poder público municipal promoveram a reestruturação da orla nos bairros de Jatiúca, Ponta Verde e Pajuçara, que reforçaram a territorialização desse trecho litorâneo como o principal território de lazer e turismo dentro da cidade, a partir de 2010 (Martins, 2006; Rangel, 2010; Vasconcelos, 2005, 2017;).

Para além das praias urbanas, o litoral Norte do município apresenta alta qualidade paisagística e abundantes recursos naturais, como praias, rios, coqueirais remanescentes de Mata Atlântica, e mangues. Ali localizam-se pousadas e hotéis, muitos voltados à tipologia *resort* (ver Fig. 4), incentivando processos de especulação imobiliária relacionada ao turismo massificado de sol e praia e ao veranismo de segunda residência

(Vasconcelos, 2017). O exemplo se repete em outros municípios do litoral norte alagoano, como ocorre em Maragogi e naqueles que compõem a chamada Rota Ecológica, como São Miguel dos Milagres.

Em anos recentes houve tentativas pontuais de se agregar elementos culturais ao destino Maceió, complementares à oferta do turismo de sol e praia. Exemplo dessa política foi o 'Natal dos Folguedos' (Fig. 5), em 2019 comercializado como um dos produtos da CVC, então maior operadora turística da América Latina. Contudo, tais intervenções, embasadas em elementos culturais e identitários são insuficientes para efetivar a diferenciação da oferta do destino. Mantem em grande parte a expansão de um turismo sustentado pelas demandas de lazer associada ao segmento sol e praia, pelo segmento de negócios e eventos, e pelo segmento gastronômico, este muito destacado na oferta turística do destino na última década.

FIGURA 3 - FOLGUEDOS NATALINOS NA ORLA DE MACEIÓ, EM 2019.



Fonte: TNH1 (2020).

Até a crise decorrente da Pandemia Covid-19, em Maceió o turismo de massa mantinha sua expansão espacial associada à crescente oferta de novos meios de hospedagem, agências de turismo receptivo e oferta gastronômica, entre outros. No que se refere às influências territoriais do turismo receptivo, a partir da destinação Maceió, sua expansão prolonga-se a outros municípios ao longo do litoral alagoano. Tal dinâmica territorial, com epicentro na cidade em estudo, tem refletido simbólica e materialmente o território turístico predominante no Estado de Alagoas que, em termos mercadológicos, passa a ser comercializado e divulgado turisticamente como um produto relativamente

homogêneo de turismo de sol e praia (Vasconcelos, 2017). Dessa forma, mesmo o recente crescimento atrelado aos investimentos que vinham sendo realizados pelo poder público e pela iniciativa privada, antes da crise pandêmica, já eram visíveis os entraves à diversificação da oferta postos diante do modelo de turistificação processado para o ‘Destino Maceió’, como será apresentado na próxima seção.

5. MACEIÓ E SUAS CONTRADIÇÕES ESPAÇO-TERRITORIAIS: PARA ALÉM DO TURISMO, MAS SEM PERDÊ-LO DE VISTA

O domínio sobre o espaço é elemento central para que se efetive o poder social no cotidiano, principalmente como mecanismo primordial na busca do lucro e na reprodução do capital, com repercussões diretas na configuração, representação e reprodução do território, que se manifesta independentemente da atividade econômica em consideração, seja na agropecuária, indústria ou serviços, neste incluído o turismo (Harvey, 2012; Lefebvre, 1992; Saquet, 2015). A territorialização nesses moldes evidencia carências que acompanham, historicamente, um desenvolvimento turístico contraditório nas regiões periféricas.

Autores como Krippendorf (2001), Martins (2019) e Urry (1996) abordam que, na sociedade capitalista, o ócio ou o tempo não trabalhado, é um mecanismo de reprodução da força de trabalho. O ócio possui direta relação com a expansão dos direitos trabalhistas e, no modelo do turismo de massa, que o mercantiliza e transforma em tempo de consumo, este deve se tornar produtivo. É diante de tal contexto que são efetivados os investimentos ligados ao turismo, no litoral alagoano e no território de Maceió (Martins, 2019; Vasconcelos, 2017).

A crise desencadeada pela pandemia, paralisando por longo período o turismo globalmente, em Maceió leva a altos índices de desemprego, à informalidade, ao aprofundamento das desigualdades e à pobreza, carências sociais que ali nunca foram resolvidas, mesmo tratando-se de destino turístico consolidado desde a década de 1980. A cidade tem se constituído historicamente como uma mercadoria, com um desenvolvimento assentado na valorização especulativa da terra e em dinâmicas espaço-temporais polarizadas, com base em processos ligados, de modo mais ou menos direto, à sua territorialização pelo turismo (Carlos, 2018; Clavé, 1998; Rolnik, Klink, 2011).

Nada disso é novo em um sistema social no qual a apropriação turística visa prioritariamente ao lucro de alguns agentes sociais, condicionado a um consumo seletivo do espaço, o que exclui territórios urbanos periféricos. Com a pandemia, as engrenagens desse sistema perverso de turistificação tendem a tensionar-se ainda mais, diante da impossibilidade da economia geral e da atividade turística, em particular, manterem os níveis de consumo produtivo e final de suas cadeias de valor. Conforme Harvey (2020), o ciclo de acumulação e circulação do capital está severamente afetado e a 'indústria do turismo' tem sido uma das mais vulneráveis. Isso vem ocorrendo, com bastante intensidade, em diversos destinos turísticos urbanos, em todo o mundo.

Contudo, para além dos impactos negativos da pandemia, Maceió tem sido afetada no seu potencial de desenvolvimento turístico por questões de negligência em sua gestão territorial. Neste destino turístico, o que se consolida no decorrer do tempo é a persistente invisibilidade de recursos que poderiam tanto diferenciar quanto complementar os atrativos de sol e praia. No nível local, essa tendência perpetua um processo de turistificação alienante, o qual escamoteia a base socioeconômica estrutural da realidade local (Bezerra et al., 2012; Vasconcelos, Bezerra, 2012; Vasconcelos, 2017).

Ainda, para além dos problemas agregados com a pandemia, a negligência do poder público e do *trade turístico*, que domina o turismo de massa local, com o patrimônio natural do município e de áreas circunvizinhas que formam o destino, levam a problemas crônicos, como a qualidade das praias urbanas de Maceió. Poluídas e contaminadas por efluentes sem tratamento adequado, retrato das lacunas de cobertura do esgotamento sanitário em grande parte do município, elas continuam sendo um dos fatores de maior impacto negativo para a imagem desse destino (Bezerra, Vasconcelos, 2012; Rangel, 2010).

A poluição e a contaminação dos cursos d'água leva ao mar esgoto não tratado (ver fig. 6) e lixo, mesmo em pontos turísticos da orla, nas proximidades dos meios de hospedagem, restaurantes, equipamentos turísticos e urbanos. Além do risco ambiental, a situação gera insatisfação da população local e dos visitantes, que a criticam publicamente e promovem propaganda negativa. Nesse contexto, registre-se que a sustentabilidade ambiental é mecanismo fundamental para o melhor desenvolvimento de um turismo de qualidade. Entende-se, portanto, que a relação da atividade com o sistema

sanitário, conforme Amorim (2020), exige atenção há décadas e cada vez mais exigirá. Além disso, o território urbano deste destino é marcado por uma orla lagunar, também caracterizada por sérios problemas sócio-econômicos-ambientais, como pobreza urbana e moradores em situação de fragilidade social, entre outros (Fig. 4 e 5).

FIGURA 4 - MANCHA DE ESGOTO DESPEJADO NO MAR, E ORLA EM BAIRRO TURÍSTICO DE MACEIÓ.



Fonte: Imagem adaptada a partir de Google e Google Maps (2020).

FIGURA 5 - TRECHO LAGUNAR COM ACÚMULO DE LIXO E FAVELIZAÇÃO.



Fonte: Imagem adaptada a partir de Google e Google Maps (2020).

A situação de bairros periféricos de Maceió, como o Vergel do Lago, em contraste com os bairros centrais, apropriados pelo uso turístico, é retrato vivo das profundas contradições existentes no espaço urbano da cidade. Como colocado por teóricos que se debruçam sobre a questão urbana, “a política pública em parceria com a iniciativa privada produzem espaços destinados a reprodução do capital em detrimento do uso pela população mais pobre” (Harvey, 2004, p. 206). Espaço que, tratado como produto, revela contradições entre seu valor de uso e seu valor de troca, reforçando no tecido urbano, como caso de Maceió, tendências históricas de exclusão e segregação socioespacial.

Ainda, com um impacto socioambiental para além do atual território turístico de Maceió, se configura um desastre nos arredores da orla da laguna Mundaú, atingindo quatro bairros: Mutange, Bom Parto, Bebedouro e Pinheiro. Tal área fica nas proximidades de uma zona de exploração do minério sal-gema (Fig. 6), realizada por uma gigante petroquímica desde 1970, com 35 poços industriais de extração do minério na referida região (Vassileva, Al-Halbouni, Motagh et. al., 2021). No início de 2018, constatam-se tremores de terra⁶ nesta região, levando a rachaduras e fissuras em imóveis e ruas locais, assim como afundamentos de largos trechos, com danos como crateras nas ruas e afundamento dos pisos de casas (Rossi, 2020). Devido ao seu alto impacto, a situação recebeu atenção da mídia nacional e internacional.

Em 2019 concluiu-se que a exploração mineral, realizada de modo inadequado, desestabilizara o subsolo dessas áreas (Rossi, 2020; Vassileva, et. al., 2021). Milhares de moradores perderam suas casas, precisando recorrer à Justiça para devidos ressarcimentos, o que, por óbvio, levou à revolta da população atingida, pois a empresa mineradora se manteve enviando seus lucros para matriz, no exterior. Registre-se, ainda, que os arredores do bairro de Bebedouro, na orla lagunar, estão entre os territórios mais antigos de Maceió, com patrimônio cultural e arquitetônico que agora encontra-se ameaçado, antes mesmo de qualquer apropriação turística.

FIGURA 6 - ÁREAS COMPROMETIDAS PELA EXTRAÇÃO DO MINÉRIO SAL-GEMA, EM MACEIÓ.

⁶ Após eventos pluviométricos em 15 de fevereiro de fevereiro de 2018, ocorreu um terremoto de magnitude 2,4 (escala de magnitude local brasileira) em 3 de março do mesmo ano.



Fonte: Adaptado a partir de Braskem (2020) e Google Maps (2020).

Apesar dos problemas descritos, entre eles as recorrências da pandemia de Covid-19, Alagoas foi o Estado brasileiro líder em vendas de pacotes turísticos pela operadora CVC. Em Janeiro de 2020, Maceió foi destino mais vendido do Brasil, pela mesma operadora de turismo (Tarelli, 2021), levando a que, entre os meses de Julho e Agosto de 2020, em pleno ápice da pandemia no município, a Prefeitura local lançasse um manual de boas práticas para o turismo receptivo local, denominado “Protocolo Experimente Maceió” (Prefeitura, 2020). O documento tem em vista a regulamentação da atividade para os segmentos de restauração, meios de hospedagem, organizadoras e centros de eventos, aeroporto, terminal rodoviário, transportadoras turísticas e guias de turismo. Ainda que operem também sob protocolos próprios e medidas orientadas por entidades nacionais, os setores compartilharam normas complementares às recomendações da Prefeitura e, por isso, foram incorporadas ao documento (Menezes, 2020).

Outras ações pelos organismos turísticos e órgãos públicos com vistas à pandemia, à crise econômica e ao iminente desastre ambiental, envolveram campanhas de divulgação do destino Maceió, o que atraiu milhares de visitantes. Apesar da relevância econômica que essas iniciativas fomentaram, o que se observou, em muitos momentos, foram práticas irresponsáveis de lazer e turismo, com constantes desrespeitos

às orientações de distanciamento social e uso de máscaras respiratórias, dentre outras, em diversos pontos e estabelecimentos que servem ao turismo. Tudo isso ilustra práticas de consumo de lazer e de turismo massificado, de forma desordenada, em plena situação pandêmica, potencializando riscos sanitários para visitantes e residentes, atestando que o lucro continua sendo colocado acima de interesses coletivos, que nesse caso seria a proteção da população contra a disseminação do coronavírus.

A imagem positiva é intrínseca às estratégias de divulgação de um destino, especialmente se acompanhada de fotos glamurosas, pois o olhar é um elemento central na promoção do turismo (Gastal, 2004; Neves, 2012; Scalabrini, Remoaldo, Lourenço, 2015; Urry, 1996). Essa pode sofrer com repercussões negativas veiculadas nas mídias, sendo fator de mácula do sucesso de qualquer destinação (Baldissera, 2010; Carneiro, Allis, 2021; De Paula Falco, 2011), como aconteceu de forma aguda em Maceió no começo da década de 1990. Problemas ambientais levaram o destino a experimentar fase de declínio na sua demanda turística, maculada a imagem como um destino urbano paradisíaco. A realidade socioespacial do território tem como pano de fundo uma estrutura econômica e política viciada e problemática, decorrente das heranças históricas alagoanas, as quais tendem a acentuar desigualdades sociais e impactos ambientais negativos, para muito além dos problemas que foram aqui apontados, do território urbano e turístico de Maceió (Da Silva Neto, Gastal, 2021; Guedes, 2021; Lira, 2007; Péricles, 2008).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para este ensaio partimos de conceitos e abordagens utilizados por autores que reforçam o princípio de que o espaço geográfico consiste numa constante relação entre o meio ambiente e a reprodução social da vida humana, e de que a dinâmica espaço-temporal é responsável por influências territorializantes. Levando isso em consideração, compreendemos que um destino turístico é um recorte desse espaço, territorializado sob influência de diversas causas e variáveis. Com base nesses aspectos teórico-conceituais, nosso objetivo foi atualizar a compreensão espaço-temporal do território de Maceió, importante destino turístico nacional, com ênfase em contradições espaço-territoriais que ora se apresentam em um momento histórico recente.

Em síntese, constatou-se: (1) a permanência Maceió como destinação turística central do Estado de Alagoas, mesmo frente às problemáticas aqui referidas; (2) a continuidade histórica nessa destinação, do desenvolvimento de turismo de massa, do tipo sol e praia, com uma recente fase de destaque nacional, mesmo em um cenário pós-pandemia; e (3) que apesar do destaque mercadológico logrado nos últimos anos, continua-se a desenvolver o turismo local de forma contrastante com o amplo desenvolvimento do território urbano do município. Essa contradição minimiza o potencial de o turismo vir a contribuir para um amplo desenvolvimento do território desta destinação.

Constatou-se que o desenvolvimento da destinação turística Maceió ocorreu, e continua ocorrendo, assentado em um processo de territorialização que nitidamente privilegia o tecido urbano na sua relação com os ‘encantos’ do sol e praia, em detrimento de territórios considerados periféricos, a exemplo da orla lagunar que, embora detentores de importantes elementos identitários locais e regionais, são negligenciados pelo poder público e pelos investimentos da iniciativa privada.

É importante destacar que, para além da expansão urbana ligada ao turismo, a dinâmica territorial local reflete um contínuo desdobramento de contradições espaço-territoriais que, historicamente, se manifestam no tecido urbano de Maceió, vinculados a questões de segregação socioespacial, problemas ambientais, sanitários e alheamento sociocultural de parte da população local e de visitantes que demandam um turismo massificado. Esses problemas continuam a se manifestar no presente, somando-se às consequências gerais ocasionadas pela situação pandêmica, o que projeta desafios para a sustentabilidade desse destino.

REFERÊNCIAS

Aguilo, E., Alegre, J., Sard, M. (2005). The persistence of the sun and sand tourism model. **Tourism Management**, 26, 219-231.

Alagoas (s.d.). **Indicadores turísticos**. Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR: Alagoas.

Amorim, F. A. (2020). Turismo e Sustentabilidade: Reflexões em Momentos da Pandemia Covid-19. **Rosa dos Ventos**, vol. 12, núm. Esp. 3, 2020 Universidade de Caxias do Sul, Brasil Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473564229004>. Acesso em: 07 set. 2021.

Altavila, A. J. (1975), **História da civilização das Alagoas**. 6ª ed. Maceió-AL: Sergasa.

Araujo, C. P. de. (2016). “**Paraísos à beira-mar**”: os empreendimentos turísticos imobiliários. In: Vargas, H. C.; PAIVA, Ricardo Alexandre (Org.). Turismo, arquitetura e cidade. Série Intervenções Urbanas. Barueri: Manole, p. 111-132.

Baldissera, R. (2010). Comunicação turística. **Rosa dos Ventos**, 1(1), p.6-15.

Banducci Jr. R. A., Barretto, M. (2001). **Turismo e identidade local**: Uma visão antropológica. Campinas-SP: Papirus.

Barretto, M. (2003). **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. 4. Ed. Campinas: Papirus.

Belhassen, Y; Uriely, N; Assor, O. (2014). The touristification of a conflict zone: The case of Bil'in. **Annals of Tourism Research**, v. 49, p. 174-189.

Benur, A. M.; Bramwell, B. (2015). Tourism product development and product diversification in destinations. **Tourism Management**, v. 50, p. 213-224,

Bezerra, E. J. G., Vasconcelos, D. A. L. de. (2012). **Roteiros para um novo modelo de turistificação**: do turismo de massa a águas alternativas (e alegorias) em Alagoas. In: Planejamento de roteiros turísticos. 1 ed. Porto Alegre: Editora Asterisco, p. 113-130.

Bhandari, K. (2008). Touristification of cultural resources: A case study of Robert Burns. Turizam: **znanstveno-stručni časopis**, v. 56, n. 3, p. 283-293.

Boyer, M. (2003). **História do turismo de massa**. Bauru-SP, Salvador-BA: EDUSC-EDUFBA.

Bramwell, B. (2003). Maltese responses to tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 30, n. 2. p. 581–605.

Bramwell, B. (2004). Mass tourism, diversification and **sustainability in southern Europe's coastal regions**. In: Bramwell, B., (ed.) Coastal mass tourism. Diversification and sustainable development in southern Europe, p. 1-32. Aspects of tourism. Clevedon: Channel View.

Braskem (2020). 1 mapa. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/mapa-da-area-de-desocupacao>.

Buhalis, D. (2000). **Marketing the competitive destination of the future**. *Tourism Management*, v. 21, p. 97-116, Elsevier Ltd, Kidlington, Oxford.

Burgold, J; Frenzel, F.; Rolfes, M. (2013). **Observations on slums and their touristification**. *Ges. fur Erdkunde zu Berlin*.

Cara, R. B. (2001). **El turismo y los procesos de transformacion territorial**. In: Rodrigues, A. A. B. (Org). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 3. ed. São Paulo: Hucitec. p. 86-93.

Carneiro, J.; Allis, T. (2021). Como se move o turismo durante a pandemia da COVID-19? **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo - RBTUR**, São Paulo, 15(1), 2021.1.

Carlos, A. F. A. (2018). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto.

Castells, M. A, (2000). **Questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Cavalcanti, V. R. (1998). **La production de l'espace a Maceió (1800-1930)**. Tese de doutorado. 1998. 430 f. Université de Paris I, Pantheon-Sorbonne (Institut d'étude du developpement economique et social).

César, P. D. A. B. (2010). Urbanização turística: esboço para a definição de uma categoria do espaço social. *Revista Turismo em Análise*, 21(2), 406-420. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14223>

Clavé, S. A. (1998). La urbanización turística: de la conquista del viaje a la reestructuración de la ciudad turística. **Documents D'anàlisi Geogràfica** 32. pp. 17-43.

Costa, F. B. (1998). **Para onde vai o turismo de Maceió?** Uma discussão sob a ótica da sustentabilidade. Maceió: Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA.

Cruz, R. C. A. (2003). **Introdução à geografia do turismo**. 3 ed. São Paulo: Roca.

Cruz, R. C. A. (1997). **Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual – para pensar a realidade brasileira**. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs). *Turismo de Base Comunitária – diversidade de olhares e experiência brasileira*. Letra e Imagem, s.d.

Da Silva Neto, E. V., Gastal, S. A. (2021). **Turismo e Cultura: O Carnaval na Cidade de Maceió (Brasil)**. *Revista Lusófona de Estudos Culturais/Lusophone Journal of Cultural Studies*, 8(1), 221-239.

Davidson, R.; Maitland, R. (1997). **Tourism destinations**. London: Hodder, Stoughton.

De Paula Falco, D. (2011). **Narrativas turísticas: imaginário e mídia na experiência urbana do turismo**. Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade, 3(1), 24-38. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/viewFile/816/pdf_23

Fratucci, A. C. (2008). **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo. 2008**. 308 f. Tese (doutorado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.

Gastal, S. **Turismo, Imagens e Imaginários**. São Paulo: Aleph, 2004.

Guedes, F. (2021). **A Importância do turismo na economia alagoana**. Cada minuto, 2014. Disponível em: <http://www.cadaminuto.com.br/noticia/242826/2014/03/21/a-importancia-doturismo-na-ecologia-alagoana>. Acesso: 10 de Fev. de 2021.

Gunn, C. (1994). **Tourism planning**. 3. ed. London: Taylor and Francis.

Haesbaert, R. (2015). **Territórios alternativos**. 3. ed. São Paulo: Contexto.

Harvey, D. (2009). **A Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves. 18ª edição, São Paulo: Edições Loyola.

Harvey, D. (2012). **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Ed. Boitempo.

Harvey, D. (2020). **Política anticapitalista en tiempos de Coronavirus**. In: AGAMBEN, Giorgio (Org.). Sopa de Wuhan. Editorial ASPO.

Hu, Y.; Brent Ritchie, J. R. (1993). **Measuring destination attractiveness: A contextual approach**. Journal of Travel Research, 32, 25–34.

Jafari, J. (2002). **Encyclopedia of Tourism**. World Reference.

Knafou R.; Bruston, M.; Deprest, F.; Duhamel P.; Gay J. C.; Sacareau I. (1997). **Une approche géographique du tourisme**, Espace géographique, n. 3, pp. 193-204.

Knafou, R. (2001). **Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo**. In: Rodrigues, A.A.B. (Org). Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: Hucitec. p. 62-74,.

Krippendorf, J (2001). **Sociologia do turismo**. São Paulo: Aleph,

Lefebvre, H. (1992). **The production of space**. Oxford: Blackwell. 2. Ed.

Luchiari, M. T. D. P. (2001). **Urbanização turística**: Um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: Serrano, C.; Brunhas, H. T.; Luchiari, M. T. D. P. (orgs.) Olhares contemporâneos sobre o turismo. Campinas, SP: Papyrus, p.17-36.

Martins, Â. A. C. (2009). **O produto turístico Alagoas em seu desenvolvimento socioeconômico**. Economia Política do Desenvolvimento – Revista de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - UFAL. Maceió, v.1, n.6, set./dez. 2009. Edufal. P. 83-109.

Martins, Â. A. C. (2006). **Motivação, expectativa, experiência, satisfação ou desatisfação dos turistas com o produto turístico destino: estudo sobre a área da grande Maceió – Alagoas – BR. 2006. 321f.** Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade / Universidade de São Paulo, São Paulo.

Martins, G. I. (2019). **Estética da mercadoria e as dinâmicas de apropriação da natureza pelo turismo no litoral alagoano**. Caminhos de Geografia. Uberlândia-MG, v. 20, n. 69. Mar 2019. p. 517–536.

Murphy, P.; Pritchard, M.; Smith, B. (2000). **The destination product and its impact on traveler perceptions**. Tourism Management, 21, 43–52.

Melo, J. C. (2017). **A emergência da urbanização turística com base na rede hoteleira na cidade de Maceió-Alagoas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Alagoas.

Menezes, P. (2020). **Prefeitura de Maceió lança protocolo para orla e mais sete segmentos...** 16 de Julho de 2020. Disponível em: <https://www.mercadoeventos.com.br/multimedia/videos/prefeitura-de-maceio-lanca-protocolo-para-orla-e-mais-sete-segmentos-video/>. Acesso em 20 de Dezembro de 2020.

Mullins, P. (1991). Tourism urbanization. **International Journal of Urban and Regional Research**. Queensland, v.15, n.3, p-326-342, set. 1991.

Murta, R. S. (2008). **Patrimônio material e turistificação: um estudo sobre a Praça da Estação BH/MG**. 2008. 182 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação Stricto Sensu) – Centro Universitário UNA. Belo Horizonte.

Neves, J. M. de O. (2012). **Imagem de destino turístico – Contributo para uma sistematização da literatura científica**. Cogitur: Journal of Tourism Studies, n. 5.

OMT/UNWTO - World Tourism Organization (2021). Disponível em: <https://www.unwto.org/news/2020-worst-year-in-tourism-history-with-1-billion-fewer-international-arrivals>. Acesso em: 28 Jan. 2021.

Pearce, D. (1989). **Tourist development**. New York: Longman.

Paiva, R. A. (2010). **A metrópole híbrida: o papel do turismo no processo de urbanização da Região Metropolitana de Fortaleza**. 2010. 305f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Paiva, R. A. (2016). **Turismo, produção e consumo do espaço**. In: Vargas, H. C.; Paiva, R. A. (Orgs.). Turismo, arquitetura e cidade. Barueri: Manole, p.33-54.

Picard, M. (2003). **Touristification and balinization in a time of Reforms**. Indonesia and the Malay World, v. 31, n. 89, p. 108-118,

Prefeitura de Maceió. (2020) **Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer**. Protocolo Maceió - Manual de Boas Práticas – Destino Maceió.

Raffestin, C. (1993). **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática.

Rangel, M. G. (2010). **Destinação turística Maceió: ciclo de vida e perspectivas de crescimento nos próximos anos**. 2010. 165 f. Dissertação (mestrado em desenvolvimento e meio ambiente: desenvolvimento sustentável. Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento Meio Ambiente). Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

Rodrigues, A.A.B. (1997). **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec.

Rodrigues, L. C. (2015). **Turismo em espaços urbanos**: processos de turistificação no Nordeste brasileiro e no Caribe Mexicano. Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penedo, Vol. 5, Número Especial, p. 81-104, abr.

Rolnik, R.; Klink, J. (2011). **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano**: por que nossas cidades continuam tão precárias? Novos Estudos Cebrap, 89, 89-109, mar. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002011000100006>. Acesso em 12 de novembro de 2018.

Rossi, M. (2020). **O bairro com data para sumir do mapa em Maceió**. El País, Brasil. Maceió, 14 de Janeiro de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-14/o-bairro-fantasma-que-a-mineracao-deixou-par-a-tras-em-maceio.html>. Acesso em 21 de dezembro de 2020.

Haugland, S.A. et al. (2011). Development of tourism destinations. An integrated multilevel perspective. **Annals of Tourism Research**, Vol. 38, No. 1, pp. 268–290, 2011, 1 Elsevier Ltd. 2011.

Santos, J. (2007). Turismo e transfigurações culturais. Revista Encontros Científicos – **Tourism, Management Studies**. N. 3, 2007, pp. 109-124.

Santos, M. (1988). **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec.

Sarmiento, M. E. de G. (2002). **A imagem do lugar** - da veiculação à experimentação dos fronts turísticos de Maceió – Alagoas. (Doutorado em Desenvolvimento Urbano). 243 f. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco, Recife,

Scalabrini, E. C. B.; Remoaldo, P. C.; Lourenço, J. M. (2021). Imagem de destinos turísticos: um estudo sobre as publicações brasileiras. **Revista Turismo em Análise**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 541-557, 2015. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v26i3p541-557. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/107919>. Acesso em: 17 mar. 2021.

Talavera, A. S.; Pinto, R. (2008). **O turismo na sociedade de consumo**: Aportes antropológicos à figuração do subsistema estático. Porto Seguro: 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, v. 4.

Tarelli, T. (2021). CVC: **Destino Alagoas é o mais vendido de 2020**. 29 de Janeiro de 2021. Disponível em: <http://www.sedetur.al.gov.br/index.php/noticia/item/2802-cvc-destino-alagoas-e-o-mais-vendido-de-2020> Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

TNH1 (2020). **Cortejo cultural encerra programação do Natal dos Folguedos**. Em 19 Dez. 2019. Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/cortejo-cultural-encerra-programacao-do-natal-dos-folguedos//>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

Urry, J. (1996). **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Sesc/Nobel.

Vassileva, M., Al-Halbouni, D., Motagh, M. et al. (2021). **A decade-long silent ground subsidence hazard culminating in a metropolitan disaster in Maceió, Brazil**. Sci Rep 11, 7704. <https://doi.org/10.1038/s41598-021-87033-0>.

Vasconcelos, D. A. L. de; Dourado, A. M. (2021). **Espaço, Território e a Pandemia da Covid-19**: algumas considerações. In: Vasconcelos, D. A. L. de et al. (orgs). Sociedade em pandemia(s): Entre Utopias e Distopia. Maceió: EDUFAL.

Vasconcelos, D. A. L. de; Bezerra, E. J. de G. (2012). **Reflexões sobre modernidade, turismo e campo social no Estado de Alagoas-Brasil**. Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR, Penedo-AL, vol. 2, n.2 p. 146-158.

Vasconcelos, D. A. L. de. (2017). **Sol, praia e a “destinação” da cidade: compreendendo a turistificação de Maceió-Alagoas-Brasil**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió.

Vasconcelos, D. A. L. de. (2005). **Turistificação do espaço e exclusão social: a revitalização do bairro de Jaraguá, Maceió-AL**, Brasil. Turismo em Análise – São Paulo. CRP/ECA/USP: Aleph, 1990. Vol. 16. n. 1, p. 47–67.

Veras Filho, L. (1991). **História do turismo de Alagoas**. Maceió: Sergasa,